

Habeas Corpus:
vulnerabilidades multiplicadas
Habeas Corpus: multiplied vulnerabilities

Carin Klein

*Doutora em Educação, funcionária da Prefeitura Municipal de Canoas/RS
carink@terra.com.br*

Sandra dos Santos Andrade

*Doutora em Educação, docente na Faculdade de Educação/Departamento
de Ensino e Currículo Universidade Federal do Rio Grande do Sul
sandrasantosandrade@gmail.com*

Letícia Prezzi Fernandes

*Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
leticiafernandes@yahoo.com.br*



Resumo

Este ensaio procura fazer a articulação entre o quadro conceitual da vulnerabilidade e outros atravessadores sociais e identitários como gênero, classe, religião e raça. Para tanto, analisa o documentário *Habeas Corpus*¹, buscando destacar essa intrincada rede que se estabelece entre vulnerabilidade e marcadores sociais e identitários. O texto se divide então em três partes. Na primeira seção, explicita o referencial teórico com que trabalha e como pensa ser possível a articulação proposta. Na segunda parte, apresenta o documentário analisado. Por fim, procede a análise das relações estabelecidas no filme, utilizando as ferramentas teóricas delineadas na primeira seção.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Estudos de gênero.

Abstract

This essay aims to make the linkage between the conceptual framework of vulnerability with other social and identity markers, such as gender, class, religion and race. Thus, we analyzed the documentary *Habeas Corpus*, pursuing to highlight the intricate network between vulnerability and social and identity markers. This text is divided in three parts. In the first section, we show the theoretical framework we work with and how we think the proposed joint can be possible. In the second part, we present the analyzed documentary. Finally, we proceed to the examination of the relations established in the film, using the theoretical tools outlined in the first section.

Keywords: Vulnerability. Gender studies.

¹ Com direção e roteiro de Débora Diniz e Ramon Navarro, esse documentário foi produzido em 2005, com o apoio da Fundação Ford e da International Women's Health Coalition.

Um modo de olhar

Propomos uma tentativa de articulação do quadro conceitual da vulnerabilidade com os estudos de gênero e culturais pós-estruturalistas. Desse modo, há muitas formas de pensar e ver o documentário que apresentaremos a seguir. Neste texto, ele foi tomado como uma instância pedagógica que ensina modos de ser e estar no mundo, além de trazer elementos importantes de como a sociedade está organizada para lidar com certas situações. Esse movimento é possível quando se entende educação de forma mais ampla, incluindo os processos que nos tornam sujeitos de determinada cultura. Pode-se dizer então que esses processos educativos ocorrem não apenas dentro de espaços escolares, mas também constantemente através da mídia, da família, da religião, da justiça, entre outros. Nesses lugares é que nos constituímos enquanto sujeitos.

Dentro desse processo de constituição, está a construção de um sujeito de gênero. Nessa direção, gênero se refere à construção cultural e hierarquizada dos significados em torno de diferenças percebidas nos corpos sexuais. Assim, gênero é uma ferramenta analítica e política, pois permite que se problematizem o modo como determinada sociedade se organiza, as desigualdades, a violência. Nesse sentido, há de se pensar em 4 desdobramentos políticos e analíticos do conceito de gênero, conforme sugere Meyer (2003), quais sejam:

1 – o conceito de gênero refuta as concepções essencialistas, a partir das quais haveria algo comum nas mulheres, fazendo com que elas se comportem de determinadas formas. Desse modo, há uma relação intrínseca entre gênero e educação, já que se aprende a ser homem e a ser mulher. O termo educação, de forma mais ampla, inclui os processos que nos tornam sujeitos de determinada cultura, já que é nesta que nos constituímos enquanto sujeitos. Esse processo educativo é contínuo e nunca está acabado, completo.

2 – o processo educativo de construção de gênero ocorre dentro de determinado espaço e tempo, ou seja, é uma construção cultural. A cultura é entendida como constituída e constituinte do social, pois as formas de produção de sentido não se sucedem de forma independente ou isoladas das relações sociais. Entende-se a importância da cultura nos processos de produção e organização das práticas e saberes sociais, bem como no processo de formação social dos gêneros, da identidade, da família etc. Assim, os modos de viver e definir as feminilidades e as masculinidades são plurais, conflitantes, escorregadios.

3 – o conceito de gênero aponta ainda que sua construção é relacional. Isso é um movimento importante, na medida em que desloca o foco dos estudos feministas da mulher para as relações estabelecidas entre homens e mulheres dentro de determinada cultura. Desse modo, quando, ainda que provisoriamente, se define o que é ser homem, também se estabelece o que é ser mulher.

4 – por último, então, gênero organiza e hierarquiza a sociedade. Isso implica ir além dos processos educativos que produzem homens e mulheres de determinadas formas para entender como, dentro de determinado contexto, essas produções são “possíveis e necessárias” (MEYER, 2003, p. 18), pensando que se vive num mundo generificado. As diferenças de gênero passam a ser significadas mediante relações de poder, nas quais a valoração do masculino e do feminino se produz, muitas vezes, de forma assimétrica. Para Foucault (1995), o poder não está localizado em um ponto específico, mas espalhado no social, ou seja, poder não é algo que se tem ou não, é algo que se exerce, que se efetua.

A utilização do conceito de gênero enquanto ferramenta teórica se dá justamente no detalhamento de como, através de um processo educativo que nos torna sujeitos de determinada cultura, somos constituídos enquanto sujeitos de gênero. Sendo assim, a maternidade e a paternidade são entendidas como uma marca de gênero que atravessa e constitui a feminilidade e a masculinidade. Desse modo, pensar nas vulnerabilidades de gênero envolve, especialmente, considerar muitas vezes a maternidade.

Um lugar para olhar

O filme caracteriza-se como um documentário produzido no ano de 2005, com direção e roteiro de Débora Diniz e Ramon Navarro. O documentário acompanha passo a passo o sofrimento de uma jovem de 19 anos, grávida de cinco meses de um feto que não sobreviveria após o parto. Tatielle vive no interior de Goiás, na cidade de Morrinhos, e havia conseguido/conquistado na justiça uma liminar permitindo o aborto legal do feto com má formação. Entretanto, foi apresentado um *habeas corpus* por um padre que desconhecia Tatielle, impedindo a jovem de interromper a gestação. Como a medicação já havia sido iniciada para a indução do parto, Tatielle foi mandada embora do hospital onde estava internada em Goiânia, já sentindo as dores do nascimento induzido. De volta a Morrinhos, agonizou durante cinco dias no hospital da cidade as dores de um parto proibido pela religião e pela

justiça. No I Festival Mec de Filmes e Vídeos Universitários, o documentário ficou em terceiro lugar como Melhor Filme de 2006.

Débora Diniz é professora na Universidade de Brasília, doutora em antropologia e desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, direitos reprodutivos, liberdade de cátedra etc. Ela e o roteirista do filme, Ramon Navarro, estão sendo processados pelo uso da voz de uma mulher ao final do curta, sem que, supostamente, tivessem autorização para isso. A voz que levou ao processo é justamente a da secretária que trabalha na entidade liderada pelo padre que impetrou o *habeas corpus*. Foi ela quem atendeu os telefonemas da equipe de filmagens. Navarro e Débora Diniz foram intimados a comparecer em audiência em 27 de maio de 2006².

A estratégia metodológica de produção do documentário ancorou-se na etnografia que envolve a observação próxima e a descrição densa de uma situação social (ou grupo) específica, buscando visibilizar as dimensões culturais nas quais os sujeitos da pesquisa estão envolvidos. A etnografia está preocupada “em explicar toda a gama de normas, valores e regras que governam e dão sentido ao comportamento dentro do grupo”, ou ainda que significam e dimensionam a situação experienciada pelo pesquisado (EDGAR; SEDGWICK, 2003, p. 118). Nesse sentido, o “fato social” a ser pesquisado pode carregar uma materialidade muitas vezes expressa através de comportamentos, atitudes e emoções, importando compreender o contexto e os diferentes elementos que configuram essas experiências, bem como os sentidos que elas assumem nas relações sociais (FONSECA, 1999).

Vulnerabilidade como ferramenta analítica: um olhar de gênero

O filme nos permite fazer uma série de indagações em torno das questões de vulnerabilidade e gênero. Poderíamos iniciar a discussão respondendo as questões que nos propõem Ayres *et al.* (2003), quais sejam: vulnerabilidade de quem, a que, quando, onde?

Vulnerabilidade de uma jovem de 19 anos, grávida de um bebê com má formação e que não sobreviveria após o nascimento. Tatielle torna-se vulnerável, no filme, quando os discursos das diferentes instituições são autorizados a dizer sobre e a gerenciar o seu corpo. Primeiro é o discurso da justiça, concedendo-a o direito a um aborto induzido que deveria ser realizado

² Disponível em: <<http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/cinenews/geral11.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2006.

em um hospital público da cidade da Goiânia; segundo é o discurso religioso, que se coloca contra a interrupção da gravidez, por meio da intervenção de um padre que consegue, baseado nos direitos do nascituro, um *habeas corpus* para o feto que ainda não nasceu e impede o aborto; o terceiro discurso ocorre quando o comunicado de cancelamento do aborto chega ao hospital e a mãe já havia recebido as primeiras medicações para a sua indução. Esse fato (embora não dito no filme) contribui para que a jovem sofra um “aborto espontâneo”, representando dor e sofrimento para toda a família. O aborto que se inicia “espontaneamente” não pode ser levado a cabo pelo hospital em função da liminar da justiça, e Tatielle tem sangramentos e sofre todas as dores de um parto ao longo de muitas horas.

Podemos destacar também os diferentes lugares que são atribuídos aos diversos discursos que se interpõem nessa situação. Ao mesmo tempo que a justiça coloca o impedimento do aborto a Tatielle, expondo-a a um agravo, posiciona também a rede de saúde num lugar frágil, em que o simples fato de internar essa jovem e atendê-la é entendido como perigoso do ponto de vista jurídico. Ou seja, os discursos (religioso e jurídico) que vulnerabilizam Tatielle com o *habeas corpus* produzem na instituição hospitalar uma prática que aprofunda ainda mais a situação de vulnerabilidade da gestante. Há uma hierarquização das instituições e discursos legitimados a falar sobre o caso. Essa hierarquia pode deixar o sujeito mais ou menos vulnerável, o que acabou acontecendo com Tatielle.

Em função do poder de verdade que certos discursos adquirem na nossa cultura, instituições que deveriam contribuir para minimizar ou mediar as vulnerabilidades de grupos ou indivíduos acabam por produzi-las ou agravá-las. Essa gestante foi exposta a um agravo à medida que perdeu o direito ao aborto após o início do processo. É a vulnerabilidade de uma jovem grávida de um filho (quase) natimorto, já que estar vulnerável implica a suscetibilidade ou a possibilidade de um grupo ou indivíduo ser prejudicado ou sofrer algum tipo de dano ou agravo. Pode-se dizer que o aborto está relacionado ao corpo da mulher, mas encontra-se associado às noções de família, reprodução, maternidade, conjugalidade, em suas configurações culturais e históricas.

Para Ayres *et al.* (2003), o conceito de vulnerabilidade busca imprimir, no campo da saúde pública, novas ações e caminhos para agravos e a prevenção de doenças, considerando:

Ele pode ser resumido justamente como esse movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos

não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos (AYRES *et al.*, 2003, p. 123).

É através das dimensões que compõem as análises de vulnerabilidade que tal perspectiva nos permite considerar as relações de poder que atravessam e configuram os conhecimentos e as ações que embasam muitas dessas decisões e políticas de Estado, bem como investigar seus desdobramentos.

Nessa direção, perguntamos: que lugar o corpo da mulher ocupa nesses discursos que são autorizados a dizer sobre ele? Que discursos de gênero e do feminismo foram incorporados por essas instituições? Nota-se que em nenhum momento a gestante ou a família foi consultada sobre as medidas tomadas pela igreja, pela justiça ou pela área da saúde. Podemos perguntar ainda: de quais recursos individuais a família dispunha para lidar com aquela situação de vulnerabilidade, tendo em vista que eram pobres e não tinham acesso a leis, a um bom advogado e à proteção das instituições competentes. Poderíamos pensar aqui na dimensão institucional ou programática da vulnerabilidade e na sua inter-relação com a vulnerabilidade social, sendo que a última implica o acesso à informação, a instituições sociais – escola, saúde, leis etc. – e a recursos materiais, culturais e políticos. O que pode haver de comum entre a jovem do filme e tantas outras que passam pela mesma situação em hospitais públicos do Brasil? A maioria delas não tem dinheiro e/ou não tem informação suficiente ou acesso aos meios que permitam evitar a gravidez. Além dos problemas de saúde, muitas jovens mulheres pobres enfrentam, por um longo período de suas vidas, a culpa por terem realizado um aborto clandestino; é a vulnerabilidade multiplicada. Além do mais, as mulheres que fazem um aborto não reiteram o modelo hegemônico de mãe, podendo ser consideradas, nas palavras de Meyer (2006), como desnaturadas, negligentes ou criminosas por distanciarem-se de um modelo “adequado” e idealizado nas diferentes esferas sociais.

Negar a maternidade ou apresentá-la como distante da completa realização da mulher pode evidenciar o caráter não natural e universal da mulher. De acordo com Scavone (2004, p. 144), “negar a maternidade significa que ela pode ser uma escolha e um direito, cuja decisão final fica a cargo das mulheres, suas principais autoras”. Em nossa cultura, podemos pensar que a maternidade geralmente assume um valor inquestionável e colocá-la em xeque através da prática do aborto pode mostrá-la como não

homogênea, multifacetada e polissêmica, ou seja, como uma marca de gênero produzida num determinado tempo e lugar.

Esse fato serve para compreendermos que tanto a maternidade como a sua recusa têm servido como foco em debates que envolvem educação e saúde e que estão relacionados à discussão de problemas sociais mais amplos, sobretudo, por meio de programas e políticas públicas de educação e(m) saúde e de inclusão social³. Problematizar os conhecimentos e as ações propostas em alguns discursos institucionais vigentes pode significar desestabilizar ações que essencializam e normatizam comportamentos, sentimentos e práticas em relação ao cuidado e à educação dos/as filhos/as, por exemplo.

Meyer (2004) discute sobre a importância de visibilizar as diferentes dimensões que atravessam a reprodução humana, não apenas circunscrita a partir de um viés biológico, mas também relacionada a condições políticas, sociais e culturais particulares. Desse modo, entender o aborto em seu contexto sociocultural significa apreender não apenas a sua criminalização, mas compreendê-lo como um resultado das desigualdades nas relações sociais e de gênero, mediante o acesso diferenciado a informações, bens e serviços.

Pensamos que a percepção que temos sobre as vulnerabilidades do outro, ou sobre os riscos que os outros correm, varia enormemente em função dos contextos sociais e culturais em que estamos inseridos, em razão dos discursos que defendemos e das relações de poder presentes em cada contexto. No caso desta análise, é a igreja enquanto instituição social que se posiciona contra o aborto, a camisinha e qualquer outro método contraceptivo, atravessando e dimensionando situações de vulnerabilidade social. Podemos pensar que a vulnerabilidade da mulher, nesse caso, pode estar inscrita numa perspectiva na qual determinados conhecimentos e crenças passam a funcionar como “únicos” ou mais “verdadeiros”, permitindo-se traçar um caminho muito restrito para a realização de escolhas para a saúde e o bem-estar dos indivíduos.

Essas observações nos permitem pensar o quanto as vulnerabilidades são flexíveis e cambiantes, sujeitas às relações de poder que vamos ocupando ou de que somos sujeitos na esfera social. Como o conceito de vulnerabilidade não é fixo, estável ou unitário, podemos pertencer a (ou estar em) algumas situações de vulnerabilidade e não a outras, sendo essas situações cambiantes

³ Tomamos como exemplo os seguintes Programas Federais: Programa Bolsa Família (PBF) e Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Citamos também a política criada no governo do estado do Rio Grande do Sul, Primeira Infância Melhor (PIM).

ao longo de nossa existência. Tais situações estão implicadas tanto com os discursos que reproduzem e/ou reduzem as vulnerabilidades (já que um mesmo discurso pode reduzir vulnerabilidades, mas instituir outras) quanto com o poder daqueles/as que podem dizer sobre elas (tornar o outro vulnerável) e daqueles/as que precisam/necessitam lidar ou conviver com elas (tornados vulneráveis).

Há necessidade de se pensar que num projeto de sociedade como esse existe pouco ou nenhum espaço para a negociação e o compartilhamento de conhecimentos, comportamentos e sentimentos, características importantes que, de um modo geral, ampliam e reconfiguram horizontes normativos.

Considerações provisórias

Vulnerabilidade se refere à teia de relações instituídas culturalmente na sociedade, as quais expõem os sujeitos de forma desigual e diferenciada a determinados agravos, ocorrendo de modo desigual em função dos diferentes pertencimentos de cada um/a. Dessa forma, ao assumir o conceito de vulnerabilidade se estabelece que as identidades são construídas dentro de determinados discursos produzidos culturalmente, ou seja, somos atravessados pelos códigos e significados instituídos na cultura. Isso implica dizer que somos subjetivados e colocados em diferentes posições de sujeito nos diversos locais institucionais e sociais que circulamos. Por esse motivo, a exposição aos agravos fica sujeita a essas diferentes posições que ocupamos e que podem nos deixar mais ou menos expostos a partir das relações estabelecidas, considerando ainda que essas situações de vulnerabilidade podem ser provisórias. Se o aborto de fetos anencéfalos fosse legalizado, por exemplo, mulheres grávidas, nessa situação, teriam direito de decidir o que fazer com seu corpo e com o feto. Assim, experiências como a de Tatielle seriam impensáveis.

As vulnerabilidades vividas por mulheres e homens ao longo de suas vidas podem ser diferentes em função do que é produzido na cultura e no social como pertencendo a cada gênero, como definido e delimitado ao masculino e ao feminino. O filme exemplifica bem essa situação de vulnerabilidade de gênero. A mulher, em nossa cultura, ainda tem menos poder de decisão que o homem e seus desejos e necessidades pouco são levados em consideração. No filme, diferentes áreas “especializadas” decidiram sobre o destino do corpo e do feto como se a “mulher” não estivesse ali; era apenas um corpo a ser governado e normatizado, porque o aborto ainda é algo que provoca polêmicas e contradições, mesmo em caso de estupro ou de má formação fetal. Em nenhum

momento do documentário, Tatielle fala sobre sua situação, sendo sempre outras pessoas (marido, sogra, irmã, advogada, médicos) que falam por e sobre ela. A esse respeito, Meyer (2006) aponta que a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias e conhecimentos que permitem monitorar o desenvolvimento do feto inscrevem o feto e as mães em uma linguagem do controle e da autorregulação. Além disso, afirma que a articulação conflituosa entre as políticas de Estado e os movimentos sociais (feminismo e dos direitos humanos) favorece uma noção de universal que é tanto multiplicada quanto fraturada e incide sobre os modos como esses sujeitos de direito se relacionam.

Veja-se, por exemplo, a discussão que tramitou no Congresso Nacional acerca do fato de realizar ou não um plebiscito a favor ou contra o aborto⁴. O que se ouviu foram aproximações de questões científicas e/ou religiosas que procuram sustentar os discursos das diferentes instituições, não se analisando questões sociais ou culturais em torno do tema nem mesmo a fragilização das famílias (pai, mãe e do próprio feto) em relação à decisão de um aborto. Tanto os discursos institucionais (ao declararem o feto como um sujeito de direito) quanto a igreja (ao afirmar que o feto já é um ser humano, dotado de uma alma, desde o momento da concepção) tornaram o aborto um crime, passível de prisão e de perdão. O papa Bento 16 declarou: “O direito de matar um inocente é incompatível com estar em comunhão com o corpo de Cristo”⁵. O aborto é crime previsto em cinco dos 361 artigos do Código Penal brasileiro, de 1940. As penas variam de um a dez anos de prisão, dependendo das circunstâncias. Entretanto, não há nenhuma mulher presa no RS por crime de aborto. Perguntamos ainda por que penalizar apenas as mulheres? E os homens, que participação possuem nessas decisões? Por que não são penalizados junto com suas parceiras?

Em contrapartida, ao se legalizar o aborto no Brasil, pode-se perguntar, também, se o Ministério da Saúde está preparado para assumir o aborto como questão de saúde pública. O Ministério da Saúde estima que 1,2 milhões de abortos clandestinos ocorram no país todos os anos, número que pode aumentar com a legalização. O SUS consegue arcar com essa demanda? Em 2012, o Supremo Tribunal Federal autorizou o aborto de fetos anencéfalos, atendendo a uma ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Resta saber como o Sistema Único de Saúde vai conseguir lidar com essa questão.

⁴ Em 2007, o então ministro da Saúde, Jospe Gomes Temporão, manifestou-se a favor de realizar um plebiscito para resolver o impasse. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,011545204-E1306,00-Ministro+da+Saude+defende+plebiscito+sobre+aborto.html>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

⁵ Folha de S.Paulo, 20/5/2007.

Enfim, fazer uma análise da vulnerabilidade de gênero em articulação com outros marcadores sociais implica buscar compreender como e por que os riscos e as vulnerabilidades são distribuídos de modo desigual entre os sujeitos e, ao mesmo tempo, envolve pensar os modos como homens e mulheres, pobres e ricos, brancos e negros vão organizando-se em relação às situações de vulnerabilidade e como tudo isso está implicado na construção de suas identidades. Quando as mulheres morrem em consequência de abortos (clandestinos ou não), fala-se em mortalidade materna. A área da saúde, no entanto, diz que na classificação internacional das doenças a nomenclatura é “mortalidade obstétrica”. O termo materno remete-se, muitas vezes, à responsabilização da mãe; ela morre não porque a lei a obriga a realizar um aborto clandestino ou porque a proíbe de realizar um aborto legal em função de um estupro ou feto com má formação, ou ainda por mau atendimento, mas porque engravidou e estava atravessada por diferentes vulnerabilidades.

O pensamento feminista contemporâneo vem buscando evidenciar um movimento que singulariza, conflita e subverte algumas das relações de poder vigentes, dentre elas formas de sujeição de e entre homens e mulheres. Pode-se dizer que esse movimento acolhe e estimula a emergência de viver novas formas de feminilidade e masculinidade, sobretudo no que diz respeito à apropriação do próprio corpo e às dimensões políticas que delimitam a esfera pessoal, destacando-se a maternidade e o aborto.

Esses dois temas têm servido para evidenciar alguns embates e divergências presentes na cultura. Talvez um consenso possa ser indicado entre as diferentes correntes feministas: o de considerar as dimensões da esfera pessoal e do corpo como importantes para o debate político, pensando esse espaço como um meio eficaz de análise das relações de desigualdade e essencialização que também se (re)produzem na vida privada (SCAVONE, 2004).

Talvez esse debate possa servir para pôr em tensão algumas formas de organização do social, evidenciadas através da construção de leis, pareceres e prescrições médicas, jurídicas e religiosas, tais como a que discutimos neste artigo e que busca evidenciar a criminalização do aborto.

Referências

- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-140.
- EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, 1999.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert ; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- MEYER, Dagmar Estermann. Direitos reprodutivos e educação para o exercício da cidadania reprodutiva: perspectivas e desafios. In: FONSECA, Claudia *et al.* *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 87-102.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MEYER, Dagmar Estermann. Maternidades desviantes: “de risco” ou vulneráveis? *Fazendo Gênero 7*. Florianópolis, 2006.
- SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismos e ciências sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.